

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA.

Ref.: Pregão Eletrônico nº 37/2019 – Processo Administrativo nº 9327/2019

CONFORTO AMBIENTAL TECNOLOGIA EM DESPOLUIÇÃO AMBIENTAL LTDA - EPP., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.183.525/0001-72, com sede na Rua Teófilo Otoni, n 52, Grupo 1.206, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.090-070, na qualidade de licitante, vem à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal infra-assinado, com amparo na Lei nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente no art.109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/93, assim como no item 12 do Edital, interpor, TEMPESTIVAMENTE

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que HABILITOU de forma equivocada a empresa AR PROJECT COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA no certame acima discriminado, pelas razões que passará a expor, requerendo o seu conhecimento e reconsideração ou, em caso negativo, a remessa à AUTORIDADE SUPERIOR, para apreciação e julgamento.

SÚMULA DOS FATOS

Promove o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia a presente licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto consiste na:

"[...] contratação de serviço de limpeza e desinfecção nos dutos dos sistemas de ar condicionado do Edifício Sede, Edifício Anexo e Prédio dos Cartórios Eleitorais da Capital, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência."

Após os procedimentos de praxe, o Ilmo. Pregoeiro declarou como vencedora da disputa a licitante AR PROJECT COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA, decisão que, no entanto, não merece prosperar, vez que a empresa deixou de cumprir com requisito referente à habilitação jurídica.

Não obstante o zeloso trabalho do Ilmo. Pregoeiro e da Equipe de Apoio, entende-se que a habilitação da Recorrida contraria frontalmente os princípios que regem as licitações públicas, especialmente a vinculação ao edital e o julgamento objetivo, insculpidos na Constituição Federal, e na Lei de Licitações.

Sucintamente descritos os fatos ocorridos, impende trazer preciosos e minuciosos esclarecimentos para compreensão do caso submetido a Vossa análise, que certamente irão subsidiar a reconsideração da combatida decisão de habilitação da Recorrida.

II - DAS RAZÕES QUE ENSEJAM A INABILITAÇÃO DA RECORRIDA

Preliminarmente, lembramos que o entendimento corrente, tanto na doutrina como na jurisprudência, é de que o edital, no procedimento licitatório, constitui Lei entre as partes e constitui instrumento de validade dos atos praticados no curso da licitação, sendo certo que "ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, tais como: o da legalidade, da moralidade e da isonomia", bem como os contidos no Art. 3º. da Lei das Licitações, in verbis:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

A toda evidência que o cuidado para a plena satisfação e preservação do interesse público é dever primordial dos entes públicos que, ao assim procederem, estarão dando concretude ao comando constitucional insculpido no caput do art. 37, da Constituição Federal de 1988, que lista os princípios a que a Administração Pública está submetida integralmente.

O próprio sistema jurídico, baseado em princípios e textos normativos, observa as situações que possam ensejar um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, incitando a ampla concorrência, PORÉM, sempre mediante o estreito balizamento legal, atendendo sempre ao princípio da vinculação

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 08/10/2019 08:41:35

Por: SIVALDO TAVARES DE JESUS

TRE

ao edital.

O professor HELY LOPES MEIRELLES conceitua esse princípio da seguinte forma:

"Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é o princípio básico de toda a licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação ou propostas em desacordo com o solicitado. O edital é lei interna da licitação e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes quanto a Administração que o expediu (art. 41)" (in DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO, Hely Lopes Meirelles, 19ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1994, pág. 249/250)

Sob os auspícios da vinculação ao edital, portanto, tem-se que a empresa ora Recorrida o descumpriu flagrantemente, pois deixou de apresentar documento de habilitação jurídica que expressasse que o objeto social da empresa é pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Da leitura do instrumento convocatório, verifica-se que o subitem 10.1.3 do Edital, diz respeito à habilitação jurídica e estabeleceu claramente os documentos obrigatórios para fins de habilitação que as empresas deveriam apresentar de forma a comprovar sua qualificação jurídica

Veja-se, a propósito:

10.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

O Edital prevê, portanto, que as empresas licitantes deveriam apresentar seus atos constitutivos, bem como, o referido documento deveria comprovar, expressamente, que o objeto social da empresa é pertinente e compatível com o objeto da licitação.

Ora, o objeto da licitação, conforme se extrai do item 1.1 é referente à prestação de serviços de limpeza e desinfecção nos dutos dos sistemas de ar condicionado do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, entretanto, conforme se extrai da certidão apresentada pela empresa supostamente vencedora, não consta no referido documento a indicação de que o objeto social seja compatível com o objeto licitado, não podendo, portanto, ser considerado tal documento para fins de habilitação jurídica da empresa.

Realizando uma interpretação do item 10.1.3 do Edital, apura-se que a intenção do órgão licitante foi a de estabelecer uma maior segurança para que a contratação só venha a ser realizada com quem efetivamente tenha qualificação para licitar, o que não é o caso em tela, uma vez que a empresa AR PROJECT não logrou êxito ao apresentar seus documentos e habilitação jurídica.

Tal exigência editalícia busca, na verdade, reduzir o risco que haveria em reconhecer que uma empresa é incapaz de executar o objeto licitado somente no decorrer da execução dos serviços, por esse motivo, faz-se imprescindível que, nos documentos de habilitação jurídica das empresas, conste, expressamente, que o objeto social da empresa é referente à limpeza e desinfecção de dutos de sistemas de ar condicionado.

E no presente caso, a Recorrida NÃO COMPROVOU TER CORRESPONDIDO ÀS EXPECTATIVAS DO EDITAL, CONFORME DETERMINADO NO ITEM 10.1.3.

Posto isto, não merece prosperar a decisão que habilitou tal empresa no certame, visto que fere a vinculação ao instrumento do procedimento licitatório, além de ferir a isonomia, pois os concorrentes, especialmente, esta Recorrente apresentou tudo na forma pedida pelo edital.

O descumprimento do item do Edital é tão flagrante que não merece maiores temperos jurídicos, visto que o princípio do julgamento objetivo é princípio estipulado no art. 3º da Lei de Licitações e não admite interpretações que venham a ferir seu conteúdo.

Em tema de licitação, quanto à discricionariedade conferida ao administrador público, a valoração subjetiva no julgamento é reduzida e delimitada pelo contido no Edital.

Constitui princípio de toda licitação que o seu julgamento se apóie em fatores concretos pedidos pela Administração em confronto com o apresentado pelos licitantes dentro do permitido pelo edital.

Nessa linha de entendimento, vale trazer a preleção do professor HELY LOPES MEIRELLES:

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 08/10/2019 08:41:35

Por: SIVALDO TAVARES DE JESUS

TRE

"O princípio do julgamento objetivo afasta o discricionarismo, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, levando sempre em consideração o interesse do serviço público (...)." (Lopes Meirelles – Licitação e Contrato Administrativo, pág. 26 e seguintes – 8ª edição)

Desta lição não destoa MARÇAL JUSTEN FILHO:

"No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas".

A Lei nº 8.666/93, que rege o procedimento, estabelece o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. (grifo nosso)

Não há como negar que o princípio do julgamento objetivo é decorrência lógica do princípio da vinculação ao edital. Por esse princípio, obriga-se a Administração a se ater ao critério fixado no ato de convocação, evitando o subjetivismo no julgamento.

A vinculação significa, ainda, dizer que todas as regras editalícias se aplicam indistintamente aos licitantes, sujeitando-os e compelindo-os a observar conteúdos de comando e atuar nos exatos contornos fixados no ato convocatório, aos quais se sujeita, também, a Administração. (Luis Carlos Alcoforado, in Licitação e Contrato Administrativo, 2º ed., 2000, Ed. Brasília Jurídica, págs. 242/243).

Dessa forma, tendo em vista que a empresa AR PROJECT COMERCIAL E SERVIÇOS LTDA não cumpriu com o disposto no item 10.1.3, essa Recorrente requer seja revista a decisão que a habilitou a Recorrida e, com a força dos argumentos arrolados, torna-se imperiosa a reforma da decisão administrativa, eis que outra medida conforme o direito não há!

III - DOS REQUERIMENTOS

Confiante no espírito público desse Ilustre Pregoeiro, aduzidas as razões que balizaram e fundamentam o presente recurso administrativo, com supedâneo nas legislações vigentes, requer o recebimento e análise da presente peça, por preencher os requisitos de admissibilidade e tempestividade previstos e, ainda, que lhe seja dado provimento para reformar a decisão NÓ SENTIDO DE QUE SEJA INABILITADA A EMPRESA ORA RECORRIDA, POR FLAGRANTE DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DO PRESENTE CERTAME

Outrossim, caso seja mantida a decisão impugnada, requer sejam explicitados, em razões fundamentadas, os motivos pelos quais esse respeitável Pregoeiro resolveu manter seu posicionamento.

Na hipótese de não ser reformada a decisão ora objurgada, sabe-se que tal posição não prosperará perante o Poder Judiciário, pela via mandamental, sem prejuízo de representação junto ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia, para apuração de eventuais responsabilidades administrativas.

Nestes Termos,

Pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 01 de outubro de 2019.

CONFORTO AMBIENTAL TECNOLOGIA EM DESPOLUIÇÃO AMBIENTAL EIRELI

Representante Legal

Fechar

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006

Em: 08/10/2019 08:41:35

Por: SIVALDO TAVARES DE JESUS